

# SINERGIA MS



Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Comércio de Energia no Estado de Mato Grosso do Sul

## #NenhumDireitoAMenos



PG - 02

**SINERGIA-MS DÁ INÍCIO À  
CAMPANHA SALARIAL 2017  
DA ENERGISA**

PG - 03

**ELETRICISTA QUE PRESEN-  
CIOU MORTE DE AMIGO  
DE TRABALHO DENUNCIA  
DESCASO DA ENERGISA**

PG - 04

**TRABALHADORES DA  
ENERGISA-MS APROVAM  
NOVO MODELO DE PLR**

## Sinergia-MS dá início à Campanha Salarial 2017 da Energisa

#NENHUMDIREITOAMENOS



Em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 9 de outubro, os trabalhadores da concessionária de energia de Mato Grosso do Sul aprovaram a pauta de reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018, que já foi entregue à Energisa. Este ano, o “mote” da Campanha Salarial é: #NenhumDireitoAMenos. A data base da categoria é agora, em novembro.

A presidente do Sinergia-MS, Elizete de Almeida, ressalta que, na campanha deste ano, o maior desafio será manter os direitos que já estão no Acordo

Coletivo de Trabalho. Elizete ainda enumera as principais bandeiras da campanha deste ano, como: manutenção dos direitos e benefícios adquiridos; jornada e escala decentes; ganho real no salário e ticket; e fim do assédio moral, mais saúde e segurança do trabalho.

“Apesar de manter os direitos que estão no ACT, este ano incluímos novas cláusulas na pauta, como a questão da hora extra. Quanto ao reajuste salarial, solicitamos o índice da inflação, que está em

torno de 2% o INPC, mais 3% do ganho real. Parece pouco, mas isso condiz com a realidade atual do nosso País. No ano passado, por exemplo, o índice de reajuste foi maior porque a inflação estava maior, só que na verdade não tivemos ganho real, somente reposição do que foi perdido”, explica.

Quanto à hora extra, Elizete explica que essa questão, atualmente, é uma norma de pessoal, mas como vai prevalecer o negociado sobre o legislado, é preciso inserir no ACT: “Tudo que possa refletir uma ameaça ao trabalhador precisa

estar no acordo coletivo. Precisamos, este ano, lutar para manter o que já temos e inserir algumas cláusulas”.

O diretor de Finanças do sindicato, Elvio Vargas, lembra que a reforma trabalhista vai entrar em vigor no dia 11 de novembro, justamente no período da Campanha Salarial.

“Só vão sobreviver os trabalhadores que tiverem entidades sindicais fortes, que possam lutar pelas suas categorias. Na reforma, não há nada que fale que a empresa é obrigada a implementá-la. E se o coração da lei é o negociado sobre o legislado, para a empresa implementar, ou seja, retirar direitos, é preciso colocar no acordo coletivo, mas para isso precisa do aval dos trabalhadores em assembleia. Por isso, precisamos, mais do que nunca, estar juntos para impedir que a empresa tire nossos direitos e benefícios”, ressalta Elvio.

Assédio

O sindicato deixou à disposição dos trabalhadores um telefone para denúncias de casos de assédio moral, principalmente, quando os gestores não permitirem que os funcionários participem das assembleias. O número é **0800-006-5821** e o trabalhador não precisa se identificar.

## Eletricista que presenciou morte de amigo de trabalho denuncia descaso da Energisa



Falta de treinamento adequado, sobrecarga de trabalho e descaso da Energisa. Fatores que contribuíram para que mais um eletricitário perdesse a vida em Mato Grosso do Sul. A avaliação é do eletricitista Lílio Gabriel Lopes, de 36 anos. Ele trabalhava com Jean Roberto Pereira Weiss Ramos, de 29 anos, que faleceu no dia 23 de outubro.

Ainda bastante emocionado, Lílio lembra que, no dia do acidente, recebeu uma ligação da empresa, às 6h30. Ele e o amigo foram acionados para entrar mais cedo por conta da demanda de serviço. Jean saiu de casa sem tomar o café da manhã. Por volta das 12h30, a dupla ainda não tinha feito o intervalo para o almoço e estava executando a manutenção de uma rede de eletrificação rural na Rodovia MS-289, trecho entre Amambai e Juti.

“Não foi só um companheiro que eu perdi. Ele era meu amigo e eu me coloco no lugar dele também. Porque a gente fazia um revezamento (na hora de subir), quem iria subir num dia e quem subiria no outro. Poderia ter sido eu”, explica o eletricitista.

Para Lílio, o acidente ocorreu devido à falha de um religador que estava com defeito há mais de 60 dias e, mesmo assim, continuava em operação. Mas ele também alerta sobre a falta de treinamento adequado aos operadores e eletricitistas. “O COD tinha que ter um treinamento para ajudar a gente desde o começo da abertura da chave”.

O eletricitista trabalha há nove anos na em-

presa e informa que, depois que a Energisa assumiu a antiga Enersul, fez o curso de NR 10 apenas uma vez e via online, e o último treinamento para atuar em subestação foi feito há seis anos. O amigo Jean também sentia necessidade de mais treinamentos e chegou a demonstrar certa preocupação.

“Ele reclamava muito. Era pouco treinamento. Para religador e subestação, ele não tinha muito conhecimento. Até sobre o kit resgate de primeiros socorros, um dia a gente estava conversando e ele perguntou como funcionava aquilo lá”, comenta Lílio.

O Sinergia tem feito várias denúncias à Energisa e já acionou, inclusive, o Ministério Público do Trabalho, com relação aos treinamentos que são aplicados no formato EAD (curso a distância). Considerando os riscos aos quais os eletricitistas estão expostos, os treinamentos deveriam ser revistos e aplicados de forma presencial e com acompanhamento de profissionais legalmente habilitados.

Para o sindicato, além de a empresa não treinar o eletricitista adequadamente para este tipo de manutenção, mudanças estruturais têm aumentado o risco de acidentes graves e fatais. Equipamentos em más condições de uso e a redução do número de chaves do religador, que passou de seis para três jogos por motivos financeiros, reduzem a segurança e deixam o trabalhador cada vez mais vulnerável.

Pressão

O trabalho sob pressão agrava ainda mais a rotina na empresa e também aumenta o risco de mortes. A produtividade dos eletricitistas é monitorada constantemente por meio das metas de corte, de NR, de ligação nova, de poda de árvores, de tudo que envolve a parte elétrica. “A nossa meta é zerar todo tipo de corte, não deixar nenhuma religa vencer. A pressão é essa, devolver o mínimo de serviço que foi atribuído à equipe”, conta o eletricitista.

O Sinergia considera que é humanamente

impossível cobrar que os trabalhadores cumpram todos os procedimentos de segurança, e que também realizem o maior número de serviços em sua jornada de trabalho.

Descaso

Quase duas semanas após o acidente, a Energisa ainda não tinha feito contato com a família do Jean e muito menos com Lílio. “É triste, porque até o dia do acidente, às 7 horas da manhã, eles estavam ligando. Aí, de repente, da noite para o dia, eles simplesmente não entraram mais em contato. Falaram que é protocolo da empresa. Mas que protocolo é esse? Que o líder não dá apoio, não quer saber dele, não quer saber como ele está. Como é isso?”, diz, indignada, a esposa de Lílio, Dóris Lopes.



Por enquanto, o eletricitista está afastado da empresa por conta de um atestado médico. “A gente tem que ver essa questão de gestão. Porque essa gestão que está aí, hoje, passa por cima de tudo e de todos. Eu perdi o amor e a vontade de trabalhar no ramo de energia elétrica. Não quero que meus colegas percam o amor pela profissão e, muito menos, a vida”, finaliza Lílio.

Ministério Público do Trabalho

O Sinergia contratou um perito que está fazendo um levantamento do que aconteceu, a fim de produzir um laudo indicando as causas do acidente. O documento será anexado a mais uma denúncia que o sindicato vai registrar no Ministério Público do Trabalho.

## Oficina da Campanha Salarial da Energisa/MS

Desde o final do mês de setembro, os diretores do Sinergia-MS iniciaram as discussões da Campanha Salarial 2017 da Energisa. Nos dias 28, 29 e 30 de setembro, foi realizada a Oficina da Campanha Salarial da Energisa/MS, em que os dirigentes sindicais da capital e do interior do Estado se dividiram em grupos para debater e destacar as principais reivindicações da categoria que compõem a pauta do Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018 e ainda avaliar as estratégias de atuação do sindicato.

A construção das propostas para o ACT foi conduzida pelas técnicas do Dieese, Renata Belzunces, que é especialista no setor elétrico, e Andréia Ferreira, supervisora regional do Dieese em MS, e ainda contou com apoio dos advogados da assessoria jurídica do sindicato. Os advogados Alexandre, Larissa e Fabiana, do escritório Pereira e Cantero, apresentaram os principais pontos da reforma, tiraram as dúvidas dos dirigentes sobre o assunto e ainda ressaltaram a importância do sindicato para garantir a manutenção de direitos.



## Trabalhadores da Energisa-MS aprovam novo modelo de PLR

O Sinergia-MS realizou várias rodadas de negociação com a Energisa para chegar a um novo modelo de PLR (Participação nos Lucros ou Resultados), a ser paga em 2018, inclusive com o acompanhamento da supervisora técnica do escritório regional do Dieese, Andreia Ferreira. A proposta foi aprovada pelos trabalhadores da empresa, durante assembleia realizada no dia 9 de outubro.

“O modelo do ano passado já não contemplava mais a maioria dos empregados. Nós tínhamos de ajustar para que tivesse uma distribuição melhor da PLR. A diferença é que, até o ano passado, se a gente não cumprisse 85% dos indicadores propostos pela empresa, o BSC, nós não recebíamos nada. Este ano, nós conseguimos baixar esse gatilho para 25%”, afirma a presidente do Sinergia-MS, Elizete de Almeida.

Outra conquista do sindicato é que agora o cálculo será feito com base em 3% do lucro líquido da empresa. No início das



negociações, a Energisa ofereceu apenas 1%.

A supervisora do Dieese, Andreia Ferreira, explica que, com a nova fórmula, as metas passam a ter pesos diferentes. “Aqueles itens que são mais fáceis, mais possíveis de serem atingidos, têm um peso maior. E aqueles que têm uma dificuldade maior, até pela falta de controle por ficar fora da ação do trabalhador, o peso é menor. Então, se não for atingido,

não vai pesar tanto e não vai prejudicar o recebimento da PLR”, ressalta.

A diretora do sindicato, Maria Angela da Silva, esclarece que os trabalhadores com, no mínimo, três meses de empresa têm direito ao percentual da PLR e passa mais detalhes sobre os indicadores (BSC) que compõem o cálculo. “Os indicadores são EBITIDA, OPEX, compensação, DEC, FEC, perdas totais, inadimplência, pendente e hora extra trabalhada.”

## Sinergia participa de seminário sobre impactos da Reforma Trabalhista



Diretores do Sinergia-MS participaram do 1º Seminário ‘Os Impactos da Reforma Trabalhista nas Relações do Trabalho’, realizado no dia 20 de outubro, pelo Comitê Estadual contra as Reformas.

Os participantes tiveram a oportunidade de debater temas importantes como: trabalho intermitente; jornada de trabalho de 12hx36h; trabalho de gestante e lactante; participação sindical na negociação coletiva; negociado sobre o legisla-

do; terceirização, entre outros.

O procurador do Trabalho, Paulo Douglas Moraes, alertou os sindicalistas sobre o termo de quitação anual. “É uma das armadilhas que a reforma traz. Ela vem com o caráter facultativo. Cabe ao sindicato fazer ou não fazer. O ideal é que não faça. Mas se vier a fazer, por algum motivo, que faça com responsabilidade, lançando mão do apoio técnico necessário para que essa quitação não

promova eventual renúncia ou redução de direitos”.

Na avaliação do auditor fiscal, em Brasília, André Grandizoli, os efeitos imediatos da reforma serão o incentivo à informalidade e ao contrato de trabalho intermitente. “É uma forma de remunerar os trabalhadores somente pela sua produtividade. Mesmo que estejam à disposição da empresa em tempo ocioso, não vão receber mais nada. Esse vai ser um dos grandes males que essa reforma vai trazer.”

Durante o seminário, ocorreu ainda o lançamento da Campanha de Coleta de Assinaturas pela Anulação da Reforma Trabalhista. “Vamos lutar para fazer uma contrarreforma. Porque, senão, nós podemos voltar à época da escravidão ou do trabalho como é na China, só mão de obra, sem direito nenhum para o trabalhador”, avaliou o diretor do sindicato, Elvio Vargas, que é coordenador do Comitê.